


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **0011211-33.2013.8.26.0566**  
Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Licença Prêmio**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

**CONCLUSÃO**

Aos 26/11/2013 17:05:27 faço estes autos conclusos ao  
Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.  
subscrevi.

**RELATÓRIO**

**SONIA EDUVIRGES CARTAGINEZZI** impetra mandado de segurança contra ato do **DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO** aduzindo ser professora de Educação Básica II, admitida pela Lei 500/74, exercendo suas atividades na Escola Estadual Prof. José Juliano Neto, em São Carlos. Aduziu, ainda que tendo adquirido, judicialmente, o direito à licença prêmio, usufruiu esse direito no ano de 2012. Todavia, pelo fato de ter exercido tal direito, não recebeu, naquele ano, a Bonificação de Resultados – BR instituída pela Lei Complementar Estadual nº 1.078/08, por não completar – em razão do afastamento - o tempo necessário, segundo o art. 10, do período de avaliação. Sustenta que a licença-prêmio, prevista no art. 209, parágrafo único do Estatuto dos Funcionários Públicos prevê que o período de gozo da licença prêmio é considerado de efetivo exercício. Sob tal fundamento, postula o recebimento da vantagem pecuniária.

A liminar foi indeferida (fls. 22).

A autoridade impetrada prestou informações (fls. 34) alegando que a licença prêmio não é considerada efetivo exercício para fim de recebimento da BR, nos termos do art. 4º, VI da Lei Complementar nº 1078/08.

O Ministério Público declinou de sua intervenção (fls. 39).

**FUNDAMENTAÇÃO**

A segurança deve ser denegada.

A impetrante sustenta que o período em que usufruiu de licença-prêmio (e licença-saúde) deve integrar o período de avaliação de que trata a Lei Complementar nº 1.078/08, para a percepção da vantagem denominada Bonificação de Resultados – BR.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

O art. 4º, VI da Lei Complementar que instituiu o benefício, assim conceitua "dias de efetivo exercício": os dias do período de avaliação em que o servidor tenha exercido regularmente suas funções, desconsiderada toda e qualquer ausência, à exceção das que se verificarem em virtude de férias, licença à gestante, licença-paternidade e licença por adoção.

Já se vê que a referida norma não considera o período de licença-prêmio como "dias de efetivo exercício".

A norma, como é posterior ao Estatuto dos Funcionários Público, derogou o disposto no art. 209, parágrafo único deste, de modo que, para fins de recebimento da BR, o período de licença-prêmio não é computado no cálculo do tempo de exercício.

Ademais, deve-se ter em mente o propósito específico da BR, que tem o objetivo de premiar o cumprimento de metas pela Administração Pública (art. 2º, caput). Ora, é intuitivo que o prêmio somente pode ser pago em havendo a prestação efetiva dos serviços por tempo razoável, pois somente assim se poderá falar em atuação voltada ao atingimento das metas. Impossível cumprir metas de qualidade sem a prestação do serviço.

Nesse sentido, o TJSP:

SERVIDOR PÚBLICO ativo do quadro do Magistério Estadual objetivando o recebimento da "BONIFICAÇÃO DE RESULTADOS – BR", instituída pela Lei Complementar Estadual nº 1.078/08, também no período em que teria usufruído licença-prêmio. Sentença de improcedência. Recurso da autora buscando a inversão do julgado. Inviabilidade. O artigo 4º, inciso VI, da citada lei exige o efetivo exercício da função para o recebimento da vantagem, não estando inclusa a licença-prêmio nas ausências excepcionalmente aceitas. Recurso improvido. (Ap. 0037425-82.2012.8.26.0053, Rel. Aroldo Viotti, 11ª Câmara de Direito Público, j. 27/08/2013)

**DISPOSITIVO**

Ante o exposto, DENEGO a segurança.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Sem condenação em honorários (art. 25, Lei nº 12016/09).

P.R.I.

São Carlos, 05 de fevereiro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**